



GT 044. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos e desafio dos direitos humanos

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - Debatedor/a

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE ? 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuições para esse debate.

O encarceramento de indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS)

Autoria: Ariovaldo Toledo Penteadó Junior

O presente work problematiza o encarceramento de indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS), com ênfase nos desafios dos direitos humanos e nas atuais violações aos ditames legais. A partir da noção de que as instituições tendem a ser instrumentos para a preservação do poder, focaremos nosso olhar no aprisionamento, uma das formas utilizadas pelo Estado, diante dos conflitos, para manter o controle social. Assim, a análise antropológica do aprisionamento de indígenas no estado do agronegócio será o objetivo central da pesquisa, a partir de uma etnografia ?multilocal? ou ?móvel?, com observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas em aldeias, Fóruns, Seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Procuradoria (MPF) e Delegacias, na busca de discursos de alguns dos envolvidos. Será realizada ainda, com o emprego do método qualitativo, análise documental, estudos de caso, somando-se também ao quantitativo, buscando os índices de prisão provisória e do aprisionamento, atentos para o encarceramento de indígenas e as principais violações aos ditames legais vigentes no Brasil. Dentre as principais violações constatadas até o momento destacamos a falta de dados oficiais, invisibilidade perante as autoridades competentes, excesso de prisão cautelar, falta de aplicação do direito consuetudinário, de intérpretes e das assistências previstas na Lei de Execução Penal. Por conseguinte, o estudo se mostra relevante para pensar alternativas de intervenção social pautadas pela lógica dos direitos humanos vigentes.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

